

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190102-DO0219>

**RECORTES DISCURSIVOS, PARADIGMA INDICIÁRIO
E PROCEDIMENTOS CONTRAINDUTIVOS
DISCURSIVE CUTS, EVIDENTIAL PARADIGM AND
NO-INDUCTIVE PROCEDURES
RECORTES DISCURSIVOS, PARADIGMA INDICIARIO
Y PROCEDIMIENTOS CONTRA INDUCTIVOS**

Maurício Beck***Universidade Estadual de Santa Cruz****Departamento de Letras e Artes****Ilhéus, BA, Brasil****Rodrigo Oliveira Fonseca******Universidade Federal do Sul da Bahia****Instituto de Humanidades, Artes e Ciências****Teixeira de Freitas, BA, Brasil****Aretuza Pereira dos Santos*******Escola Municipal Profª Maria Elizabete****Departamento de Linguagens****Santanópolis, BA, Brasil****RECEBIDO EM: 06/10/18.****APROVADO EM: 10/02/19.**

Resumo: O presente artigo visa a cotejar os pressupostos epistemológicos da Análise Materialista de Discurso com as críticas epistemológicas de Paul Feyerabend e o paradigma indiciário do historiador Carlo Ginzburg. Passando pelas relações entre Estado, ciência, subalternidade e materialismo, identifica proximidades entre as abordagens de Michel Pêcheux em torno das exceções, e de Ginzburg em torno do excepcional. Discute o lugar das evidências e dos procedimentos contra-indutivos na prática científica, assim como o pluralismo metodológico dos estudos históricos, pontuando diversos cruzamentos entre as investigações dos historiadores, o anarquismo epistemológico de Feyerabend e os procedimentos de análise discursiva estabelecidos por Pêcheux e outros analistas, como Eni

* Doutor em Letras-Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM. Professor visitante pelo Programa de Pós-Graduação em Letras - Linguagens e Representações da UESC. E-mail: pardalbeck@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8681-1626>.

** Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio. Professor Adjunto da UFSB. E-mail: rodrigo.oliveira@ufsb.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2503-3349>.

*** Mestre em Linguagens pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da UNEB e Especialista em Gestão Educacional – UCB-RJ. Professor da Rede Municipal de Ensino. E-mail: aretuzapsantos@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8587-8119>.

Orlandi e seu conceito de recorte discursivo. Partindo das implicações deste conceito, o artigo traz os resultados da análise do depoimento de um diretor do sindicato dos rodoviários da Bahia, contrário à liberação das roletas dos ônibus durante uma greve da categoria.

Palavras-chave: Epistemologia. Análise de Discurso. Paradigma Indiciário. Recorte.

Abstract: *The present article aims at compare the epistemological assumptions of Materialistic Discourse Analysis with the epistemological critiques of Paul Feyerabend and the evidentiary paradigm of the historian Carlo Ginzburg. Going through the relations among state, science, subalternity and materialism, it identifies proximities between Michel Pêcheux's approaches around exceptions, and Ginzburg's surrounding exceptional. It discusses the place of evidence and no-inductive procedures in scientific practice, as well as the methodological pluralism of historical studies, punctuating various cross-references amongst historians' researches, Feyerabend's epistemological anarchism, and established discursive analysis procedures by Pêcheux and other analysts, as Eni Orlandi and her concept of discursive clipping. Based on the implications of this concept, the article presents the results of the analysis of the testimony of a director of the Bahia road workers' union, contrary to the release of bus ratchet during a category strike.*

Keywords: Epistemology. Discourse Analysis. Evidential Paradigm. Clipping.

Resumen: *Este artículo tiene el objetivo de cotejar los supuestos epistemológicos del Análisis Materialista del Discurso con las críticas epistemológicas de Paul Feyerabend y el paradigma indiciario del historiador Carlo Ginzburg. Pasando por las relaciones entre Estado, ciencia, subalternidad y materialismo, identifica proximidades entre los abordajes de Michel Pêcheux sobre las excepciones, y de Ginzburg sobre el excepcional. Discute el lugar de las evidencias y de los procedimientos contra inductivos en la práctica científica, así como el pluralismo metodológico de los estudios históricos, puntuando diversos cruzamientos entre las investigaciones de los historiadores, el anarquismo epistemológico de Feyerabend y los procedimientos del análisis discursivo establecidos por Pêcheux y otros analistas, como Eni Orlandi y su concepto de recorte discursivo. Partiendo de las implicaciones de este concepto, al artículo trae los resultados del análisis del testimonio de un director del sindicato de los rodoviários da Bahia, contrario a la liberación de las roletas de los ómnibus durante una huelga de la categoría.*

Palabras clave: Epistemología. Análisis del Discurso. Paradigma Indiciario. Recorte.

"Se todo discurso é ideológico, como é possível haver
alguma coisa diferente de um discurso ideológico sobre a ideologia?"
(Paradoxo de Mannheim)

"O que é que a ciência tem? Tem lápis de calcular.
Que é mais que a ciência tem? Borracha pra depois apagar."
(Raul Seixas)

1 INTRODUÇÃO

O filósofo francês Michel Pêcheux, cujo nome é associado à fundação de uma vertente nos estudos do discurso (à qual chamamos aqui Análise Materialista de Discurso), separava a sua teorização acerca dos processos discursivos e ideológicos de um lado, e as experimentações e dispositivos analíticos propostos de outro. Ele o fazia de uma maneira tão marcada, que no início de sua vida intelectual, na segunda metade dos anos 1960, assumiu identidades diferentes para atuar em uma e em outra frente: com o

pseudônimo Thomas Herbert foi o crítico marxista do estatuto ideológico das ciências sociais, que esboçou uma teoria das ideologias (antes de Althusser publicar seu famoso artigo sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado); em seu nome próprio, foi o proponente de um dispositivo instrumental para cientistas sociais e psicólogos, o qual não poderia ser visto como “aplicação” ou “ilustração” de nenhuma teoria (HENRY, 1990). As obras que melhor sintetizam esses dois empreendimentos de Pêcheux são *Semântica e Discurso*, de 1975 (a edição francesa), e *Análise Automática do Discurso*, de 1969, obra que será retomada e retificada algumas vezes em função da necessidade de ajustes e desenvolvimento de novos softwares, sendo que a sua retificação mais densa é datada de 1975, em um artigo escrito em parceria com a linguista Catherine Fuchs.

No Brasil essa diferença tem sido pouco marcada, e uma das consequências sentidas é uma falta de discussão epistemológica quanto ao estatuto das análises empreendidas. Neste artigo, buscamos trilhar um percurso exploratório quanto ao lugar da Análise Materialista de Discurso nas discussões epistemológicas sobre o que são práticas científicas e como elas procedem – a questão do método. Trata-se, em primeiro plano, de questionar o estatuto da teoria e dos critérios em que se assentam os procedimentos das análises na perspectiva discursiva. Para tanto, buscamos um cotejo entre os pressupostos materialistas da Análise de Discurso, as investidas críticas contra a suposta universalidade do método científico e as reflexões sobre o valor heurístico do confronto entre teoria e empiria no fazer científico, realizada por Paul Feyerabend (2007 [1975]). Na sequência, tendo em conta sua importância para a definição e a delimitação do fazer científico, abordamos o problema do método ou, mais precisamente, dos procedimentos analíticos. Como o escopo é situar a Análise de Discurso entre outras práticas científicas, começando por reconhecer as epistemologias e os paradigmas metodológicos que se avizinham do dispositivo teórico-analítico discursivo, traçamos um paralelo entre o paradigma indiciário, em Ginzburg, e a noção de recorte, em Orlandi.

O gesto de perfazer tal percurso exploratório e de traçar paralelos parte de uma premissa: não há incomensurabilidade absoluta entre as perspectivas epistemológicas elencadas. Além disso, recusamos ceder a uma releitura imanente, por demais confiante e confortável na autossuficiência de uma tradição “franco-brasileira”, ciosa de sua singularidade epistemológica. Se as convergências/divergências não se mostrarem profícuas, de qualquer modo, o confronto ou o contraste com outras tradições teóricas pode contribuir para jogar mais luz sobre a especificidade da teoria materialista do discurso frente a outras perspectivas científicas na contemporaneidade.

2 ESTADO E CIÊNCIA, SUBALTERNIDADE E MATERIALISMO

Seja pelo viés do empirismo e suas evidências, seja pelo do racionalismo e suas garantias, venha por leituras espontâneas ou eruditas e elaboradas, o apagamento da dimensão política do conhecimento produzido nas ciências humanas e sociais funciona como recurso (político) para o seu melhor funcionamento numa sociedade dividida em classes. Se o conhecimento sempre foi assunto de Estado, podendo ser absolutamente funcional e subordinado à manutenção da ordem social, esse papel se intensifica com o capitalismo, sua necessidade incessante de aumento da produtividade e de aparelhos e

técnicas de gestão cada vez mais sofisticados. Historicamente a classe burguesa tem como campo essencial de atuação a administração de *unidades particulares de produção*, as empresas privadas, mas o capitalismo supõe um funcionamento integrado entre as empresas e as suas *condições gerais de produção*, campo privilegiado de existência e atuação da classe dos gestores (BERNARDO, [2009] 1991, p. 218-219). Na administração da saúde pública e da educação, no urbanismo, no policiamento, na infraestrutura energética, na logística, na ciência e tecnologia,... são estabelecidas essas condições gerais de produção e reprodução integrada da ordem social, tendo nos gestores o seu corpo social, técnico e político. Mesmo que de um ponto de vista formal, jurídico eles sejam assalariados, os gestores detêm “um estatuto social, uma rede de contatos e solidariedades, da qual resulta uma posição específica na organização da vida econômica e na exploração dos trabalhadores” (BERNARDO, 2009 [1991], p. 221).

Não por acaso, desde o século XIX a classe dos gestores vem sendo discutida, denominada como classe ou segmento dos *intelectuais*, servindo para ilustrar histórias de mobilidade social do capitalismo. Não se trata de supor que os intelectuais estejam de modo geral a serviço dos governos e mesmo dos Estados (em sentido estrito, como aparelhos de gestão), e para isso basta mirarmos no caso de Noam Chomsky, crítico contundente dos governos estadunidenses. Sem questionar suas notáveis contribuições à linguística, cabe destacar que sua base epistemológica, tributária do racionalismo liberal (de Karl Popper), pressupõe a exterioridade do Estado, que, em relação à sociedade, funcionaria como instância parasitária ou como o jardineiro podador do livre desenvolvimento dos indivíduos. Chomsky, ao negligenciar, descartar ou obstaculizar o papel das contradições, das resistências e das revoltas no *organismo* da língua, ao tomar o inconsciente como falta de consciência, projeta algo como um *ultra-Estado* (GADET; PÊCHEUX, 2004 [1981], p. 208), tão funcional à ordem quanto o velho liberalismo do *laissez-faire* e da mão invisível. O problema do Estado ficaria, assim, restrito à conspiração dos governantes e das corporações, à manipulação e à corrupção em suas instâncias, reverberando uma teoria iluminista que combate as trevas ideológicas reproduzindo outras, “repetindo a disjunção entre o sentido e o não-sentido, sem discernir o que se representa na sua complexidade” (2004 [1981], p. 208), estabelecendo o campo do discurso como realidade extralinguística.

Em nosso entendimento, temos aí uma questão política. O desvio, a falha, o furo, o equívoco, o sem-sentido, o agramatical, o impossível, a poesia, não são exteriores à língua e, além disso, têm especial relação com os saberes (dos) subalternos, com o burburinho cotidiano das massas, a existência mais palpável do real da língua e desses saberes. O pesquisador argentino Daniel Link sublinha a noturnidade dos saberes subalternos, sempre ditos no plural, sem síntese possível, havendo a necessidade de se substituir a lógica da *depuração* (a dialética da essência e da aparência, a hermenêutica do sentido) pela lógica da *subtração*, em referência a Alain Badiou: “No se trataría ya de devolverle a la historia su verdad y, para eso, desenmascarar, destruir, depurar, sino de construir la diferencia mínima y proponer su axiomática precisamente allí donde el sistema de saberes hegemónicos se desmorona” (LINK, 2017, p. 2).

Aí onde o sistema dos saberes hegemônicos desmorona, existe algo substantivo a ser investigado, e que tende a ser não percebido ou descartado pelas práticas científicas

dominantes. O caráter subordinado, parcial, descontínuo, lacunar, por vezes pouco legível dos saberes (dos) subalternos, objeto de lamento nos escritos de Antonio Gramsci (LINK, 2017, p.1), foi considerado por Michel Pêcheux como oportunidade para o estudo das mudanças nas estruturas ideológicas da racionalidade, tema abordado de Nietzsche a Freud, de Wittgenstein a Foucault (PÊCHEUX, 2011 [1982], p. 118). Pêcheux aponta um movimento pendular, na história, entre os pares ideológicos da evidência e do absurdo, em que algo que se toma hoje por absurdo, já foi evidente e vice-versa (PÊCHEUX, 2019 [1976]). Se o sistema de saberes hegemônicos simplesmente não abarca todos os saberes, e se a racionalidade não é universal e nem alheia às pressões sociais e históricas em torno de *o que* deve ser pensado e *como* deve ser pensado, cabe aos pesquisadores de todos os campos estarem alertas à sua própria instrumentalização e aos efeitos de circularidade implicados em uma prática científica que descarta a contradição, o equívoco, o obstáculo, o supostamente frágil.

Deve-se questionar essa fragilidade do pensamento, que não vem “de cima”, na consciência das “elites intelectuais”, que acredita se dirigir ao privilégio das proposições (conceituais, claras e distintas), mas sim, “de baixo” de atos incontáveis, contraditórios, que encontram sua via e sua voz nos campos intermediários... Uma roda de diferentes matérias brutas ideológicas do cotidiano, que podem trazer à tona diferentes acontecimentos, movimentos e intervenções de massa, mas que sempre fazem fronteiras provisórias, sem garantias, e sem demarcações *a priori*. (PÊCHEUX, 2011 [1982], p. 118).

Estas são questões que não se colocam apenas no interesse imediato e estrito das classes e segmentos subalternos. Implicam também a crítica materialista às circularidades e narcisismos teóricos, quando, por exemplo, se tem em vista algo tomado como *exceção*. A depender de como se trate uma exceção, incorporando-a a certezas estabelecidas ou explorando-a como sintoma de algo a se descobrir, o pesquisador se inscreve numa posição idealista ou materialista. A tendência materialista “*parte da exceção* como sintoma de uma ‘regra’ desconhecida, desarticulada do terreno das evidências em que essa exceção nasce (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 275, grifo do autor).

De um modo recorrente os historiadores lidam com as exceções e os desvios nas hipóteses iniciais. Abordando as investigações prosopográficas¹, mais comuns no estudo das elites (políticas, culturais etc.), os historiadores italianos Carlo Ginzburg e Carlo Poni estabelecem a possibilidade de um estudo qualitativo – não apenas quantitativo – dos estratos populares, uma “prosopografia a partir de baixo”, na forma de uma série de *case studies*. O problema seria a seleção de casos relevantes e significativos. “Significativos no sentido de estatisticamente frequentes? Nem sempre. Existe também aquilo a que Edoardo Grendi chamou, sugestivamente, o “excepcional normal” (GINZBURG; PONI, 1991 [1979], p. 176-177):

Se as fontes silenciam e/ou distorcem sistematicamente a realidade social das classes subalternas, um documento que seja realmente excepcional (e, portanto, estatisticamente não frequente) pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados. Os casos

¹ Estudo dos padrões de atividades e relações de um grupo social, em uma época e território, a partir da investigação de fontes históricas que informam sobre a trajetória de um ou mais indivíduos pertencentes a esse grupo social.

marginais, como notou Kuhn, põem em causa o velho paradigma, e por isso mesmo ajudam a fundar um novo, mais articulado e mais rico. Quer dizer, funcionam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer. (GINZBURG; PONI, 1991 [1979], p. 176-177).

Que práticas de investigação permitem e potencializam a percepção, a reparação, o dimensionamento do excepcional, da exceção, do desviante? Que práticas de leitura desestabilizam as evidências da memória de quem lê em favor da memória materialmente inscrita nas (e nas lacunas das) cadeias significantes do que está dito? Se a exceção pode ser o sintoma de uma regra desarticulada do terreno de evidências em que essa exceção nasce, e se o excepcional pode ser um normal mascarado pelas fontes, esbarramos, certamente, em questões de epistemologia.

3 O LUGAR DA EVIDÊNCIA NA EPISTEMOLOGIA CIENTÍFICA

A teoria materialista do discurso começou a ser formulada na segunda metade do século XX, em um momento em que a espontaneidade dos gestos de leitura eram questionados nos círculos estruturalistas (mas não somente) da cena acadêmica francesa. Era premente suspeitar do efeito de transparência e engajar-se em *releituras* de autores tomados como fundadores de dados campos de conhecimento. Buscando desvencilhar-se de leituras stalinistas e/ou revisionistas do materialismo histórico, uma nova prática de leitura foi defendida por Althusser e seu círculo de estudos, sob inspiração direta da psicanálise e, em particular, de Lacan. Daí advém o conceito de leitura sintomal – do mais escondido, situado nem na ausência, nem no mais explícito, “mas no entremeio de sua latência” (DOSSE, 1993, p. 336).

Nesta óptica, todo objeto simbólico revelava-se em sua opacidade material, condição fundamentada no “*fato teórico* que constitui a existência da língua como materialidade específica” (PÊCHEUX, 2010 [1982], p. 57, grifos do autor). Com tal suspeita como mote para o nascente projeto de Análise de Discurso, a perspectiva epistemológica desta diferencia-se das correntes empiristas em ciência, que postulam uma certa continuidade em que a teoria é compreendida como senso comum criticado e esclarecido. Se, para estas últimas, as evidências empíricas serviriam como crivo maior de testagem de hipóteses, de defesa de teses e da aferição do valor de verdade de teorias, para a perspectiva discursiva, assim como nas epistemologias de Bachelard e Althusser, tratava-se, antes de tudo, de pôr em suspeita a experiência primeira ou a ordem das evidências.

Temos, desse modo, duas vertentes entre as concepções de ciência, no que concerne à (des)continuidade, em que as evidências empíricas são ou condição de possibilidade de verificação de teorias falseáveis, ou o alvo maior da suspeita com base em um dispositivo teórico. Entendemos descontinuidade, entretanto, entre experiências primeiras e ciência e não como a postulação de bifurcação “arrogante” entre ciências humanas e ciências duras, como faz supor Ronaldo Pilati (2018). Acrescente-se que Pilati, defensor de uma demarcação popperiana entre ciência e pseudociência, diverge da posição de Sokal e Bricmont, (referenciados no texto dele), pois os autores afirmam não acreditar que

princípios metodológicos como replicação de experimentos, controles, protocolos imparciais, etc. possam ser estabelecidos em definitivo, nem que possa haver uma lista completa: “não existe (pelo menos até o presente) uma codificação acabada da racionalidade científica; e duvidamos seriamente que isso possa vir a existir” (SOKAL; BRICMONT, 2016, p. 68).

Cabe, porém, indagar sobre o estatuto da teoria na concepção descontinuista. A teoria deve ser retificada com base em um critério de consistência interna ou posta à prova pela via da experimentação (em alternância dialética entre empiria e racionalidade)? O corte epistemológico se configura como um ponto de não retorno por meio da transformação de noções ideológicas em conceitos científicos? Essa contradição entre um formalismo autossuficiente e um ceticismo autocrítico se desdobra proficuamente no trabalho teórico e analítico de Pêcheux, em suas autocríticas, suas retificações e, sobretudo, quando este se define um construtor de andaimes (desmontáveis/remontáveis) conceituais. Conceitos exploratórios, segundo as palavras de Mazière (2019, no prelo) sobre o trabalho de Pêcheux.

Seria mais condizente trazer à baila uma concepção falibilista para o estatuto da teoria materialista do discurso? Ora, apesar da presunção de um ponto de não retorno, uma vez operado o corte, Louis Althusser (2015 [1965], p. 139) afirma: “Sabemos que não existe ciência ‘pura’ a não ser com a condição de purificá-la incessantemente. [...] Essa purificação, essa libertação, são adquiridas apenas ao custo de uma incessante luta contra a própria ideologia”. Resulta então que a prática “autolimpante” da ciência se mostra um trabalho de Sísifo, infinito. Ainda assim restam questões que remetem a Xenófanes: o que assegura a eficácia dessa *purificação* (sublinhamos a memória cristã da palavra)? O procedimento de confronto com algo externo à teoria abre caminho para o empirismo sob os auspícios de um realismo ingênuo (um dos alvos da suspeita da teoria da ideologia)? Basta unicamente o exercício de uma autocorreção crítica infinda por parte dos pares²?

Para iniciarmos a formulação de respostas e para situarmos a Análise Materialista de Discurso nas discussões epistemológicas sobre o que são as práticas científicas e como elas procedem, pode ser pertinente começar por abordar outra perspectiva, a do anarquismo epistemológico do filósofo austríaco Paul Feyerabend (1924-1994), pontuando convergências e divergências frente às abordagens bachelard/althusserianas, principiando pela noção de evidência. Ao discorrer sobre a eventualidade de uma teoria ser considerada inconsistente com relação às evidências empíricas, não por estar incorreta, mas por efeito de contaminação histórica ou mesmo fisiológica das evidências, Feyerabend argumenta que pode faltar objetividade às “sensações não-analisadas”:

É esse caráter histórico-fisiológico da evidência, o fato de que ela não só descreve algum estado de coisas objetivo *mas também expressa concepções subjetivas, míticas e há muito esquecidas* a respeito desse estado de coisas, que nos força a olhar de maneira nova para a metodologia. Mostra que seria extremamente imprudente permitir que a evidência julgue nossas teorias diretamente e sem mais cerimônia. Um julgamento direto e não qualificado das teorias pelos “fatos” com certeza eliminará ideias *simplesmente porque não se ajustam*

² Para uma crítica, autodeclarada pós-moderna, à Análise de Discurso e seus procedimentos, supostamente com fins de autovalidação, ver Butturi Jr, 2009.

ao referencial de uma cosmologia mais antiga. Assumir resultados experimentais e observações como dados e transferir o ônus da prova para a teoria significa admitir a ideologia observacional como dada sem sequer tê-la examinado. (FEYERABEND, 2007 [1975], p. 87, grifos do autor)

Feyerabend parece ter como alvo o critério de falseabilidade³ ao acirrar a suspeita sobre o caráter histórico-fisiológico da evidência e sobre o que o autor chama de ideologia observacional. Submeter as teorias à mais rigorosa bateria de testes tomando como crivo a observação empírica seria tratar como inquestionável a factualidade de um estado das coisas, supostamente descritas de modo objetivo. Ora, para esse epistemólogo, a prática teórico-científica pode envolver novas interpretações, transformando o núcleo sensorial dos enunciados, sobre o “estado das coisas”. Com efeito,

Galileu fez progresso modificando relações familiares entre palavras e palavras (introduziu conceitos novos), entre palavras e impressões (introduziu novas interpretações naturais), utilizando princípios novos e inusitados, como sua lei da inércia e seu princípio da relatividade universal, e alterando o núcleo sensorial de seus enunciados observacionais. (FEYERABEND, 2007 [1975], p. 177).

Nesta retomada histórica, Feyerabend confronta a epistemologia de Popper e, com isso, subverte o estatuto das evidências empíricas⁴. De crivo maior para o falseamento de teorias, tais evidências passam a ser alvo de suspeitas por efeito do valor heurístico de teorias contraindutivas. Assim, Feyerabend parece convergir com uma concepção descontinuista na produção de conhecimento, ainda que não seja sua ambição estabelecer critérios fixos de demarcação.

4 PROCEDIMENTOS CONTRAINDUTIVOS NA PRÁTICA CIENTÍFICA

A suspeita frente ao tido como evidente, segundo o epistemólogo austríaco, leva-o a propor/reconhecer procedimentos contraindutivos em ciências. Tendo em conta o valor heurístico da crítica ao suposto como óbvio, “Os ingredientes ideológicos de nosso conhecimento e, mais especialmente, de nossas observações, são descobertos com o auxílio de teorias por elas refutadas. *São descobertos contra-indutivamente.*” (FEYERABEND, 2007 [1975], p. 98, grifos do autor).

Temos, assim, um curioso ponto de convergência com a Análise de Discurso nesta proposta contra-indutiva, uma espécie de critério de falseabilidade de ponta-cabeça. Trata-se de tomar as evidências como efeitos ideológicos que devem, por conseguinte,

³ O princípio da falseabilidade ou de refutabilidade de Popper (1999 [1972]) parte da premissa de que, em ciência, não se almeja nenhuma certeza absoluta, embora a verdade seja um valor regulador. O crivo que determinará a sobrevivência de uma dada teoria, em detrimento de outras, é o método crítico do debate científico e as tentativas (em forma de argumentos ou experimentos) engenhosas e severas para refutá-las. Assim, para Popper, uma teoria, para ser científica, deve oferecer condições de ser testada e falseada.

⁴ Cabe destacar que Popper tem claro que toda observação está impregnada de teoria. Além disso, a observação não é fonte de conhecimento, não se comprovam teorias pela experiência, pois as observações nunca são exaustivas, e falseiam-se hipóteses pela via de observações e de experiências que contrariam o que dada teoria prediz.

ser analisadas e postas à prova pelo valor heurístico de dispositivos teóricos e por gestos de análise. Há diferenças: enquanto Feyerabend sugere um pluralismo teórico no cenário acadêmico (oceano de alternâncias teóricas mutuamente incompatíveis e em confronto⁵), a Análise de Discurso toma partido por uma epistemologia de base materialista. Entretanto, no terreno não dos dispositivos teóricos, mas no da interpretação, uma via pluralista, em termos de significação, pode ser vislumbrada na crítica à ideologia como saturação de um sentido, suposto como “o” sentido. Ademais, no que concerne à particularização do dispositivo analítico, há uma ampla e significativa gama de apropriações teóricas de conceitos e categorias de campos de conhecimento nas práticas de análise realizadas nas últimas décadas.

A tomada por uma posição materialista não isenta a teoria do discurso de sofrer contínuas retificações pela via da crítica (não somente dos pares, mas também dos adversários teóricos), da autocrítica e pelo confronto com os resultados de seus gestos analíticos. É certo falibilismo que pode ser lido na autocrítica de Pêcheux (1997 [1978]) quando este afirma que algo ia bem demais na teoria, e por isso mesmo não ia nada bem: referia-se à pressuposição de uma exterioridade radical da teoria em relação ao funcionamento do ideológico. Exterioridade que daria garantias estáveis (uma zona de conforto em um ponto de não retorno) de que se enuncia desde o lugar da ciência.

Seria o caso de nos perguntarmos: as retificações da teoria funcionam como hipóteses *ad hoc* (reformas pela via de remendos)? Acreditamos que elas provocam transformações pela via de um trabalho dialético incessante entre teorização e experimentação. Ou seja, a teoria é condição para a emergência de objetos de análise, pois estes não são imediata e empiricamente evidentes. Por sua vez, a interpretação das análises afeta a (re)formulação da teoria, de modo que os conceitos são “forjados com fins exploratórios”, para retomar a expressão de Mazière (2019, no prelo). Nesse sentido, é a posição crítica de Lakatos (assumida por Feyerabend) em relação à aplicação imperativa do critério de falseabilidade que mais parece convergir com a visada da pesquisa no campo do discurso: uma teoria não é descartada sem que outra tenha condições de substituí-la em dados programas de pesquisa. A autocorreção e modificações são efetivas e legítimas ao fazer científico. Por fim, em convergência com Feyerabend, a formulação de critérios formais com pretensão de universalidade metodológica mostra-se contraproducente na história das práticas científicas, pois

[...] o que podemos dizer é que os cientistas procedem de muitas maneiras diferentes, que regras de método, se explicitamente mencionadas, ou não são obedecidas de modo algum ou funcionam na maior parte dos casos como regras práticas de proceder, e resultados importantes surgem da confluência de realizações produzidas por tendências separadas e frequentemente conflitantes. (FEYERABEND, 2007 [1975], p. 324).

⁵ Em confronto e não em eclética harmonia. Feyerabend parece destacar o valor heurístico do que poderíamos chamar de práticas acadêmicas de cunho polêmico. Nessa perspectiva, abordagens que, em nome da autodepuração da ciência, visam descartar teorias com base em codificações formalistas parecem evitar um ambiente de confronto polêmico produtivo. Visar-se-ia ao descarte de tudo que não cabe no método. Há de se notar que o anarquismo epistemológico de Feyerabend muitas vezes padece do mesmo equívoco (a de apologeta da desordem) que afeta o anarquismo político: ora, o que se recusa não são procedimentos, padrões ou metodologias, mas a imposição de métodos e de critérios de demarcação por instâncias outras que não aquelas dos pesquisadores efetivamente envolvidos em dado campo de trabalho científico.

A epistemologia de Feyerabend investiga as práticas científicas, suas transformações e o valor heurístico destas no transcurso do tempo histórico. É nesta ótica que o autor afirma: a) a anarquia enquanto contramétodo científico (defesa dos procedimentos forjados pelos cientistas em pesquisas efetivamente realizadas em contraposição a regras concebidas por filósofos da ciência); b) a pluralidade efetiva de procedimentos (ou de suas violações ocasionais) e de teorias na história das ciências; e c) a confluência de tendências heterogêneas e conflitantes que, entretanto, são profícuas à produção de conhecimento. Sobretudo quanto aos dois últimos pontos, os estudos históricos trazem certamente uma já consolidada contribuição.

5 O PLURALISMO METODOLÓGICO E A INTERDISCIPLINARIDADE NOS ESTUDOS HISTÓRICOS

O pluralismo metodológico é uma postura consolidada no campo da historiografia. As propostas desenvolvidas na revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale* – lançada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch e fundadora do que passou a ser designado como a Escola dos Annales – foram se impondo progressivamente: história-problema no lugar de uma história-revelação que “apenas” extrairia os fatos dos documentos; interdisciplinaridade e interlocução com diversos campos científicos; pluralidade dos tempos no lugar de uma temporalidade única, cronológica, chapada e linear; exposição dos pressupostos teóricos, interesses e procedimentos metodológicos de uma pesquisa historiográfica no lugar da perspectiva narrativista e objetivista que “apenas” visava narrar os fatos “tal como se passaram”; ampliação do conceito de *fonte histórica* e pluralismo metodológico.

Um dos motores no desenvolvimento do conhecimento histórico é a crítica aos unilateralismos das escolas historiográficas e às deficiências/divergências de seleção, articulação e hierarquização do “já sabido” no grande arquivo aberto, incongruente, instável e autofagocitário dos historiadores. No caso do materialismo histórico, as críticas ao determinismo econômico – ao unilateralismo na compreensão dos fatores econômicos (*stricto sensu*) enquanto processos determinantes no desenvolvimento das formações sociais – acontecem desde que Engels começou a rebater as simplificações dos primeiros marxistas. O estabelecimento teórico de uma base, de uma ordem determinante de outras ordens em meio à(s) processualidade(s) histórica(s), passa por revisões e complexificações no campo marxista desde que Engels introduziu a ideia modalizadora de “determinação em última instância”. Do primado histórico das relações de produção ou das relações sociais (de produção) sobre a totalidade do processo social ao primado lógico das relações sobre os elementos, as abordagens materialistas têm se diversificado, produzindo um discurso que busca intervir no debate historiográfico e nas lutas políticas (*lato sensu*) chamando a atenção para os modos de produção do todo social e suas dimensões conflitivas, ideológicas e inconscientes⁶.

⁶ Como ideologia no campo socialista, o marxismo se prestava bem a um projeto de poder (e de partido), funcionando na medida em que produzia o apagamento das lutas de classes e mesmo das classes – e das análises materialistas – no interior do campo socialista (e do partido). Como os prognósticos feitos em nome

Para além do materialismo histórico e para além dos problemas em torno dos unilateralismos na seleção das camadas de realidade a serem investigadas, trazemos novamente Carlo Ginzburg, focando agora no problema da relativa falta de fontes para a investigação de um sem-número de questões do passado mais longínquo. Seja para a história da pintura, seja para a história da cultura camponesa, o historiador italiano chama a atenção para os riscos de presunções e elucubrações no entendimento de temas e práticas pouco documentados. “A saída não é a eliminação, mais ou menos tácita, da exigência do controle documentário, mas sim a elaboração de instrumentos de controle adequados” (GINZBURG, 1989a, p. 23). No caso da história da pintura, Ginzburg critica a redução da significação das obras àquelas estabelecidas pelos pintores e pelos clientes/comitentes, afirmando, ao mesmo tempo, a importância desse levantamento, quando possível, como estratégia de controle sobre a interpretação feita pelos historiadores. Para fugir desses riscos, a solução estaria na reconstrução analítica de uma intrincada rede de relações microscópicas pressupostas nos produtos artísticos, que, por mais difícil que seja, é o que permite a escrita de uma história social da expressão artística - não por meio de paralelismos forçados entre séries documentais diversas, não através de justaposições dos resultados de diferentes disciplinas, e sim de um confronto explícito sobre problemas concretos. “Só assim poder-se-ia realmente colocar em discussão instrumentos, âmbitos e linguagens das disciplinas isoladas” (GINZBURG, 1989a, p. 26).

Tendo convicção – e provas – de que estas são também questões teóricas e metodológicas centrais para os analistas de discurso, passamos à apresentação de um dos conceitos operacionais mais importantes dentre os que se mobilizam nas análises atualmente, o de *recorte*.

6 O RECORTE EM ANÁLISE DO DISCURSO

Para Eni Orlandi (1984, p. 14), “os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia”. Ou seja, o que se recorta extrapola um conjunto de formulações linguísticas, demandando um esforço – e uma grande responsabilidade política e científica do analista – de compreensão de determinadas relações textuais incidentes em uma interlocução, relações entre textos realizados numa cadeia significativa recuperável por amostragem imagética, escrita ou sonora, e textos não realizados nessa cadeia, mas evocados no acontecimento histórico de sua significação e interpretação. Esses outros textos, não realizados na cadeia significativa, são as próprias condições de produção de um discurso.

No caso da análise de materialidades significantes não linguísticas, como as imagens, é importante que o recorte não implique segmentação dos elementos visuais, posto que na Análise de Discurso a cadeia significativa interessa mais do que os signos que a compõem (LAGAZZI, 2009). A partir disso, os analistas que trabalham com a materialidade imagética/visual vão propor diferentes noções e operações de recorte, como

do “socialismo científico” fracassaram, resta aos que reconhecem a pertinência do materialismo histórico o enquadramento de suas ambições *em meio* ao âmbito (e de modo nenhum *acima*) das práticas políticas e científicas de nosso tempo.

a identificação de *operadores discursivos* (SOUZA, 2001) que trabalham a textualidade própria das imagens, e a extração de *secções discursivas* (ERNST-PEREIRA; QUEVEDO, 2013) ou *sequências discursivas visuais*, compostas de uma ou mais imagens de acordo com a porção de imagem-exterioridade que se busque recortar (FERNANDES, 2017).

Se trabalhamos com amostragem, seriam amostras não probabilísticas? Se “por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação” e “um recorte é um fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14), então estamos diante de um objeto não passível de quantificação⁷. Nesta óptica, os vieses (risco de desvios, resultados tendenciosos) decorrentes de procedimentos não probabilísticos são considerados menos importantes que os problemas associados a métodos probabilísticos rigorosos (linearização dos *corpora*, hierarquização mecânica). Em termos de discurso, realizar uma amostra probabilística é praticamente impossível. Investigar a possibilidade de múltiplos sentidos ao invés da informação (dada ou nova), na proposta de Orlandi (1984), parece aproximar as pesquisas em Análise de Discurso do rol das pesquisas qualitativas em que se trabalha com as chamadas amostras fechadas por saturação teórica (PIRES, 2008), com a ressalva de que o “fechamento” do *corpus* só se efetivaria na conclusão das análises. As etapas de coleta, recorte, descrição e interpretação não obedecem a procedimentos estritamente lineares, mas seguem a via de um batimento com avanços e retornos.

A noção orlandiana de *recorte* se avizinha dos procedimentos de atenção a pormenores em geral bastante negligenciáveis, aos pequenos gestos inconscientes, às particularidades tomadas por insignificantes, aos “refugos” de nossa observação que configuram uma semiótica médica, segundo Ginzburg (1989b) em sua analogia dos métodos de Giovanni Morelli, de Sherlock Holmes e de Sigmund Freud: “Nos três casos, pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma intangível” (GINZBURG, 1989b, p.150). Pistas que são tomadas como *sintomas*, no caso de Freud, *indícios*, no caso de Holmes, e *signos pictóricos*, no caso de Morelli. Retornando à Eni Orlandi, para irmos “mais fundo na natureza da linguagem” (ORLANDI, 1984, p.24) não é necessário opor à abrangência uma maior especificidade, nem ao pormenor, o todo, dado que é possível trabalhar o pormenor pensando o todo. Estabelecida essa analogia entre o paradigma indiciário e os procedimentos da Análise de Discurso, cabe parafrasear a indagação de Ginzburg (1989, p. 178): *pode um recorte ser rigoroso?*

Para Orlandi (1984, p. 15), “é preciso determinar, através dos recortes, como as relações textuais são representadas, e essa representação não será, certamente, uma extensão da sintaxe da frase”. Essas relações textuais representadas são objeto de uma investigação que, no seu horizonte, se voltam à concretude de uma interlocução, de uma

⁷ Diferentemente de Orlandi, para o caso de análises que lidavam com *corpora* de grandes dimensões, Pêcheux e sua equipe se envolveram tanto na constituição de procedimentos informatizados, com algoritmos paradigmáticos e sintagmáticos de exploração sintática (MARANDIN; PÊCHEUX, 2011 [1984]; MAZIÈRE, 2007), como também de procedimentos lexicométricos, visando a validade e a consistência desses procedimentos exploratórios. Até o fim de sua vida, Pêcheux buscou apoio em procedimentos algorítmicos informatizados que pudessem auxiliar no aumento da visibilidade da língua e dos funcionamentos sintáticos contra os apagamentos ideológicos instituídos na ordem dos discursos.

interpretação histórica e linguisticamente realizada, configurando um fato ao mesmo tempo linguístico, enunciativo, discursivo e histórico, que extrapola a consciência que os indivíduos possam ter de suas práticas languageiras, como extrapola também a situação imediata da interlocução e sua dimensão pragmática.

No entanto, os analistas do discurso entendem que a materialidade linguística não é algo que deva ser “atravessado”, como um obstáculo no acesso aos processos semânticos efetivos. Há algo que acontece no nível sintático (ou no fonológico, ou no lexical, ou no enunciativo), algo que determina que, em uma interlocução específica, se comunique e não se comunique de um jeito, em outra interlocução (com outras condições de produção), se comunique e não se comunique de outro jeito. Isso que acontece no nível da materialidade linguística, evoca e equivoca as lacunas da cadeia significante demandando o seu preenchimento com determinados dizeres que povoam o interdiscurso em suas regiões. E sem uma semântica não subjetivista, sem uma teoria do esvaziamento do já sentido/das evidências, ao ponto de nos *fazermos de imbecis* na descrição dos processos de referenciação inscritos nos enunciados, teríamos as maiores dificuldades para atingir essa materialidade discursiva, que é ao mesmo tempo linguística e histórica.

Com relação a esse preenchimento das lacunas de uma cadeia significante, o grande desafio do analista é compreendê-lo em meio às práticas discursivas investigadas, e não simplesmente sobre-interpretar, ignorando as condições de produção do discurso analisado, e supondo que esses textos evocados (mas não realizados na cadeia significante) possam ser de domínio do pesquisador. Obviamente, a identificação disso que não está linearizado numa formulação textual não é uma tarefa simples. Como afirmam Lecomte, Léon e Marandin (1997 [1984], p. 301):

[...] se se admite, para todos aqueles que descrevem textos ou sequências de enunciados, que a sequência é lacunar, que ela só “resiste” por aquilo que não é materialmente realizado, resta definir esse não-material. [...] Esses enunciados ausentes podem se encontrar invertidos na interpretação ou na leitura dos co-enunciadores, porque eles estão inscritos no interdiscurso que sustenta o texto lido ou interpretado. Deve, portanto, ser possível perseguir esse interdiscurso e revelar seus traços.

A responsabilidade do analista está em estabelecer explicitamente um dispositivo de análise com o qual poderá, partindo de uma descrição cuidadosa dos enunciados de seu *corpus*, explorar funcionamentos linguísticos/significantes que dão a ver os traços do interdiscurso que governa a interpretação para além dos cálculos de seus enunciadores – e dos cálculos de seus pesquisadores no campo da Análise de Discurso. Por certo este é um trabalho sempre parcial, nunca feito “de uma vez por todas”, de configuração e experimentação metodológica, pelo qual o dispositivo analítico adquire centralidade quanto às possibilidades de exploração das margens semânticas de uma interlocução a partir de um recuo provisório e estratégico na interpretação.

7 UMA ANÁLISE

A injunção a dizer não está desligada da injunção a silenciar em meio a processos semânticos atravessados pelas ambiguidades e pelos vazios que constituem os dizeres em sua dimensão histórica e institucional. Esse batimento entre dizer e não dizer, em sua relação crítica e tensa com as instituições, deixa marcas e pistas preciosas na linguagem, onde o sujeito encontra – ainda que de modo precário, provisório, instável – recursos para lidar com o poder, para redistribuir as tensões entre direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas (LAGAZZI, 1988, p. 97). As contradições e disputas em torno dos dizeres constituem as formações discursivas, campos de ancoragem e produtividade dos direcionamentos semânticos e sustentação de posições. Uma das vias exploradas para a compreensão dessas contradições e disputas no campo das discursividades é a deslinearização (ou de-sintagmatização) dos dizeres tal como eles se realizaram linguisticamente, o que pode ser feito mediante transformações paradigmáticas, que visam construir enunciados elementares, e evocações, substituições lexicais a partir da confrontação com outros dizeres provenientes de uma mesma interdiscursividade, de modo a se ampliar a visibilidade das clivagens entre as várias maneiras de falar e de se fazer entender (e de não se entender) em torno de um tema numa conjuntura.

Dizendo de outro modo, buscamos re-formular esses dizeres, por meio de substituições e paráfrases controladas, não pela sua produtividade poética ou gramatical, mas visando dar encaminhamento e consequência analítica à compreensão de que toda forma discursiva particular remete a outras formas possíveis que, mesmo não estando concretamente realizadas em um dizer (ou justamente por não estarem realizadas em um dizer), são evocadas na interpretação, como sustentação e/ou contraponto.

Passamos, então, a uma breve análise, retomando um recorte explorado em outro trabalho – naquele caso, apenas com fins de ilustração do funcionamento do *discurso transverso* por evocações laterais que introduzem pensamentos nunca diretamente assertados numa sentença (FONSECA; BECK; ESTEVES, 2018, p. 94-96). Trata-se de um trecho reportado do depoimento do então diretor de imprensa do Sindicato dos Rodoviários da Bahia, contrário à liberação das roletas/catracas durante uma greve da categoria⁸. Apresentamos algumas explorações próximas à semântica argumentativa de Ducrot, e algumas paráfrases controladas, possíveis no estado de língua e na conjuntura dos dizeres que conformavam as condições de produção dessa interlocução.

“[A catraca livre] não prejudicaria a população, mas temos que ter responsabilidade com o patrimônio público. Antes de ser sindicalista, tenho contrato com a empresa com a qual eu trabalho. Uma coisa é greve, outra coisa é rodar com o ônibus com catraca livre. Eu não tenho direito de não cobrar”, avaliou (ALMIRANTE, 2014).

⁸ O mês de maio de 2014, na cidade de Salvador, Bahia, foi marcado por uma intensa queda de braço entre os rodoviários e o sindicato patronal em torno de uma pauta extensa. Em meio ao processo de construção dessa luta sindical, ecoou a força das lutas desencadeadas pelo Movimento Passe Livre em várias cidades do país desde 2013, com a proposta de liberação das catracas durante o estado de greve dos rodoviários, o que dividia opiniões em meio à categoria.

Em um primeiro movimento analítico, podemos destacar a adversativa na formulação “[A catraca livre] não prejudicaria a população, *mas* temos que ter responsabilidade com o patrimônio público.” Tomemos o funcionamento do *mas* conforme a teoria da orientação de argumentos para conclusões contrárias em Ducrot (1980) e de sua metáfora da balança que pende para o lado no qual o argumentador se engaja. O efeito que se produz é de que o sindicalista não está engajado com o dito anterior à adversativa, somente com o dito posterior. Ademais, o que vem antes funciona como um dito que pertenceria ao outro, seja ao seu interlocutor discursivo – não necessariamente aquele com quem ele fala no momento circunstancial (o repórter) de sua enunciação, mas a posição de interlocutor em torno do objeto do discurso, a catraca livre –, seja à imagem que o sindicalista faz do interlocutor que defende essa posição (o ex-prefeito de Salvador, João Henrique, e os militantes do coletivo Tarifa Zero), seja um suposto saber compartilhado. É interessante notar que, nesse caso, o que precede a adversativa é uma formulação negativa pela via de uma retomada – a paralisação dos ônibus causaria prejuízos aos trabalhadores segundo a sugestão desse ex-prefeito (e candidato ao governo da Bahia em 2018). Dizer que a *catraca livre não prejudicaria a população* produz efeitos de sentido diferentes de se afirmar que a catraca livre beneficiaria a população (prejudicando apenas o empregador, a concessionária do serviço). A formulação do sindicalista tem a estrutura de resposta a uma sugestão cuja referência é dada pela via do *hiperlink* na letra da notícia. Com efeito, a organização do dizer, argumentação e antecipação argumentativa, se dá entre saberes em contradição e entre posições em litígio.

Resta, no entanto, entender por que o sintagma *patrimônio público* irrompe onde, seguindo o próprio fio do discurso, muito bem poderia ter aparecido *empresa privada/concessionária*. Afinal, ao falar de *responsabilidade com o patrimônio público*, que memória discursiva, que outros enunciados não realizados estão sendo evocados? Que injunções a dizer e a silenciar determinaram a irrupção desse sintagma? Que tensões históricas, políticas e institucionais estão sendo contornadas, redistribuídas, evocadas?

Propomos como dispositivo de análise a seguinte transformação parafrástica, o enunciado elementar (que governa a argumentação do sindicalista) *Não posso/podemos rodar com o ônibus com a catraca livre*, doravante N, comportando o sujeito no singular e no plural. Parafraseando o recorte com o auxílio de N, percebemos melhor duas justificativas que nos auxiliam na compreensão da irrupção da temática da *responsabilidade/falta de responsabilidade com o patrimônio público*:

(1) N porque antes de ser sindicalista tenho contrato com a empresa com a qual eu trabalho, então eu não tenho o direito de não cobrar.

(2) N porque isso não é greve.

Pelo viés da teoria ducrotiana da argumentação pudemos circunstanciar o modo pelo qual o dizer-saber *Rodar com a catraca livre não prejudicaria a população* é evocado para ser abandonado ou minimizado. Ou seja, esta remissão a um discurso-outro é feita de modo a reconhecê-lo e descartá-lo. Chamemos⁹ este primeiro dizer-saber de

⁹ Para evitar o risco de simular uma compreensão maior (que pressuporia procedimentos mais densos) pelo viés da simples nomeação (que pressupõe apenas escolhas), ressaltamos aqui que se trata de nomes e não de formações discursivas, sabendo que mesmo na condição de “nomes números” não deixarão de ser

Discurso Zero, marcando o ponto zero da asserção no recorte, cabendo associar tal discurso ao ex-prefeito e – antes dele – à federação nacional de movimentos pelo Passe Livre (que no caso de Salvador se autodenomina coletivo Tarifa Zero).

Pelo viés da paráfrase (1), temos acesso àquilo que Pêcheux (1997 [1975], p. 183) denominou o *discurso de um sujeito*, estruturado, coerente, articulado. Chamemos de Discurso Um, associando-o à posição do sindicalista e do Sindicato dos Rodoviários da Bahia. Aqui está em jogo o indivíduo que fala e, metonimicamente, todos os rodoviários, que temeriam a perda do emprego caso houvesse a quebra do contrato com o empregador.

E a paráfrase (2)? Se rodar com a catraca livre não é (fazer) greve, é o quê? Que indícios de resposta temos na materialidade linguística e na materialidade histórica? Na materialidade linguística, temos justamente a irrupção da temática da responsabilidade/falta de responsabilidade com o patrimônio público, que nos conduz a uma terceira paráfrase que, “desenvolvendo” (2), beira o *non-sens*:

(3) Rodar com a catraca livre não é (fazer) greve, é não ter responsabilidade com o patrimônio público, ainda que isso não prejudique a população.

Que discurso é esse? Chamando-o de Discurso Dois, vemos a necessidade de sustentação no arquivo, no conjunto de textos que nos informam, para essa conjuntura, das possibilidades de articulação entre greve, catraca/roleta livre, patrimônio público e prejuízos à população. Para além da possibilidade de metaforização anafórica entre *contrato [responsabilidade] com a empresa e responsabilidade com o patrimônio público* – possibilidade forte e pertinente na medida em que o ponto central da ideologia dominante é fazer os interesses privados aparecerem como interesses públicos –, é pertinente retomar a conjuntura dos dizeres e a memória das Jornadas de 2013, ocorridas poucos meses antes, de onde ecoam os significantes de *baderna* e *vandalismo* associados à quebra de vidraças de agências bancárias e pichação de ônibus. Sem referência explícita em nosso recorte, a lacuna implicada na paráfrase (2) e o *non-sens* trabalhado na paráfrase (3), evocam uma interpretação, a do Discurso Dois, que estabiliza sentidos de um tipo de greve que não é greve, e de ações/movimentos populares que “não prejudicam a população” mas “implicam em falta de responsabilidade com o patrimônio público”. A quem pertence o patrimônio público? O Discurso Dois é justamente o discurso das empresas de ônibus, dos bancos e dos governos, que trabalha no discurso do sindicalista por meio de enunciados não realizados mas que, de modo indiciário, pela força das lacunas, do *non-sens*, inscreve o Discurso Um, o discurso pragmático do indivíduo, no saber do Estado (amplo) que rejeita a ação de rodar com a catraca livre, tornando produtiva a ambiguidade entre interesses/prejuízos à população e respeito/prejuízos à empresa.

afetados pelas interpretações que estão postas no texto (“ponto zero”, “indivíduo”) e por duas *equivocidades* (FERREIRA, 1996) curiosas: tarifa “zero”, discurso de “um” sujeito.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela teoria materialista do discurso, os enunciados trazem sujeitos que são constituídos pelas formações discursivas. Sob a injunção de falar em nome dos trabalhadores rodoviários, pelo lugar institucional que se ocupa, é (geralmente) interdito ao sujeito evocar os interesses do patronato. Se a ideologia “funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição” (ORLANDI, 2012, p.104), cabe reconhecer que a suposta falha lógica ou simples falta argumentativa na fusão-confusão entre prejuízos à população, quebra de contrato e respeito à empresa pouco mais faz do que reinscrever a ideologia dominante no discurso das classes subalternas.

Mas estamos cientes de que esse é apenas um recorte e uma possibilidade de exploração analítica. O objeto discursivo é inesgotável, e os seus analistas também são afetados pelas ideologias e por uma série de injunções a dizer e a silenciar – não dizemos tudo o que gostaríamos de dizer, não enxergamos tudo o que poderia ser visto. Seguimos vestígios deixados na materialidade linguística visando apreender uma necessidade cega (não assertada, mas percebida sob a forma do *non sens*) e assim buscamos produzir conhecimento. Não é um ponto final, está sujeito a falhas e parcialidades, convoca outras abordagens e outros recortes, pode ser caracterizado enquanto experimentação e ensaio. Acreditamos que essa é uma condição do conhecer.

Por fim, remontemo-nos ao paradoxo de Manheim, de nossa epígrafe, para formular uma resposta a partir da teoria materialista do discurso. Segundo Ricoeur (2015), o paradoxo consiste na impossibilidade de aplicação do conceito de ideologia a ele mesmo. Se todo discurso seria enviesado, se todo dito é sobredeterminado por interesses desconhecidos (necessidade cega), como elaborar uma teoria não ideológica da ideologia? Ora, uma vez que não compreendemos ideologia como falsa consciência, nem como ocultação de uma verdade, mas como mecanismo de produção de evidências por efeito de saturação de um sentido, tomado como *o* sentido, um discurso diferente de um discurso ideológico sobre a ideologia pode/deve funcionar de modo diverso. Ao invés de saturação de um sentido, trata-se de desvelar a dimensão polissêmica da linguagem humana em imbricação com sua exterioridade. O apoio e a aposta da Análise de Discurso no materialismo implica no desenvolvimento de “práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual” (PÊCHEUX, 2010 [1982], p. 59), sendo essa diversidade das práticas de análise análoga à diversidade inscrita nos fenômenos investigados, pela contradição dos processos históricos e pela equivocidade dos funcionamentos linguísticos-significantes. Visa-se, frente a efeitos de sentido em dados recortes de análise, relançar a questão: por que esses sentidos e não outros?

Diante da presente proposta, talvez um verificacionista pudesse retrucar: e se nessa polissemia promíscua, os portões se abrirem para questões imperdoáveis, como a negação do holocausto (cf. fez o historiador David Irving)? Como fica a verdade ou, mais precisamente, a possibilidade de conhecimento objetivo? Poderíamos replicar que a especificidade do escopo da Análise de Discurso é a compreensão do funcionamento do discurso, da determinação histórica dos sentidos. O foco no funcionamento discursivo-ideológico, aliás, converge com a resposta de Ricoeur (2015) para solução do paradoxo. É possível ler em Pêcheux (1997 [1975]) certo legado fregiano na distinção conceitual

entre referência, sentido e representação. “A referência de um nome próprio é o próprio objeto que designamos com ele; a representação que então temos é totalmente subjetiva; entre os dois reside o sentido, que não é subjetivo como a representação, mas por certo não é o próprio objeto” (FREGE, 2011 [1892], p. 25).

Fica o desafio às epistemologias (inclusive as materialistas) e as chamadas ciências empíricas se ocuparem da problemática da linguagem com a referência e o valor de verdade. O que suporta a quebra dos espelhos, o enfrentamento aos narcisismos que ocultam demandas externas comprometedoras? Em Análise de Discurso, quando o dedo indica a lua, modestamente analisamos o dedo em sua materialidade significativa. Isso não é pouco, e é preciso.

REFERÊNCIAS

- ALMIRANTE, J. Catraca livre: JH é 'irresponsável' e ideia 'estapafúrdia', diz diretor dos Rodoviários. *Bahia Notícias*, 13 maio 2014. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/154409-catraca-livre-jh-e-039irresponsavel-039-e-ideia-039estapafurdia039-diz-diretor-dos-rodoviarios.html>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- ALTHUSSER, L. *Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas*. Tradução de E. A. Bacelar. Lisboa: Presença, s.d.
- ALTHUSSER, L. *Por Marx*. Tradução de L.F.R. Loureiro. Revisão Técnica de M.B. Naves e C. Kashiura Jr. Campinas, SP: Ed.Unicamp, 2015 [1965].
- BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009 [1991].
- BUTTURI Jr., A.. *Metafísica e Discurso: Pêcheux, Foucault e a Pós-modernidade*. São Carlos: Pedro e João, 2009.
- DOSSE, F. *A História do Estruturalismo*. Vol. 1. O Campo do Signo. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Ed. Unicamp, 1993.
- DUCROT, O. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.
- ERNST-PEREIRA, A.; QUEVEDO, M. Pré-construído e discurso-transverso: ferramentas de derrisão em uma charge de Latuff. *Desenredo*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, v. 9, n. 2, p. 325-339, jul./dez., 2013.
- FERNANDES, C. *O visível e o invisível da imagem: uma análise discursiva da leitura e da escrita de livros de imagens*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.
- FERREIRA, M.C.L. . O estatuto de equivocidade da língua. *Estudos de linguagem*. CPG Letras/UFRGS. Col. Ensaio, Porto Alegre, n. 10. p. 39-50, 1996.
- FEYERABEND, P. *Contra o método*. Tradução de C.A. Mortari. São Paulo: UNESP, 2007 [1975].
- FONSECA, R.O.; BECK, M.; ESTEVES, P.M.S. Ideologia, discurso, revolução: a radicalidade da proposta pecheuxtiana. In: BARBOSA FILHO, F.R.; BALDINI, L. (Org.). *Análise de discurso e materialismos: prática política e materialidades*. Campinas, SP: Pontes, 2018, v. 2, p. 85-114.
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. *Fundamento*, Ouro Preto, v.1, n. 3, p. 21-44, maio-ago. 2011 [1892].
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Tradução de B. Mariani e M.E.C. Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004 [1981].
- GINZBURG, C. *Indagações sobre Piero*. Tradução de L.C. Cappellano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989a [1981].
- _____. *Mitos, emblemas, sinais*. Tradução de F. Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989b [1986].
- GINZBURG, C.; PONI, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG; CASTELNUOVO; PONI, *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de A. Narino. Lisboa: Edifel, 1991 [1979], p. 169-178.

- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). Tradução de B. Mariani. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990, p. 13-38.
- HERBERT, T. (M. Pêcheux), Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social. Tradução de M.V. Silva e L.P. Parisi. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1966], p. 21-54.
- LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- LAGAZZI, S. O recorte significante na memória. In: INDURSKY; FERREIRA; MITTMANN (Org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009, p. 67-78.
- LECOMTE, A.; LÉON, J.; MARANDIN, J-M. Análise do Discurso: estratégias de descrição textual. Tradução de M.A.B. Mattos. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997 [1984], p. 283-306.
- LINK, D. Saberes de los subalternos. In: JORNADAS “LECTURAS DE GRAMSCI”, Instituto de Estudios Históricos, Universidad Nacional de Tres de Febrero (Untref), agosto de 2017.
- MARANDIN, J-M.; PÊCHEUX, M. Informática e Análise do Discurso. In: PIOVEZANI; SARGENTINI (Org.), *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011 [1984], p. 111-115.
- MAZIÈRE, F., *A análise do discurso: história e práticas*. Tradução de M. Marciolino. São Paulo: Parábola, 2007.
- MAZIÈRE, F. “Pêcheux sempre trabalhou com andaimes”: entrevista com Francine Mazière. Tradução de G. Adorno. In: CONTRADIT (Org.), *Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentido entre continentes*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2019 (no prelo).
- ORLANDI, E. Recortar ou segmentar? In: *Linguística: Questões e Controvérsias*. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 09-26.
- ORLANDI, E. *Discurso e texto: Formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Tradução de E.P. Orlandi et al. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997 [1975].
- PÊCHEUX, M. Linguística e Marxismo: formações ideológicas, Aparelhos Ideológicos de Estado, formações discursivas. Tradução de R.O. Fonseca. In: CONTRADIT (Org.), *Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentido entre continentes*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2019 [1976] (no prelo).
- PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de E.P. Orlandi et al. 3. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997 [1978].
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. Tradução de M.G.L.M. Amaral. In: ORLANDI, E.P. (Org.), *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2010 [1982]. p. 49-59.
- PÊCHEUX, M. Ideologia - aprisionamento ou campo paradoxal? Tradução de C. Zink. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1982], p. 107-119.
- PILATI, R. *Ciência e pseudociência: por que acreditamos apenas naquilo em que queremos acreditar*. São Paulo: Contexto, 2018.
- PIRES, Á.P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART et al. (Org.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 154-211.
- POPPER, K.R. *Conhecimento objetivo*. Uma abordagem evolucionária. Tradução de M. Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999 [1972].
- RICOEUR, P. *A Ideologia e a Utopia*. Tradução de S. Rosa Filho e T. Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- SOKAL, A.; BRICMONT, J. *Imposturas Intelectuais: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos*. Tradução de Max Altman. 2. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.
- SOUZA, T.C.C. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. *Rua*, Campinas, n. 7, p. 65-94, 2001.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.